



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho

CNPJ: 18.244.087/0001-08

Av. Antônio Rocha, 291 – Centro – Ribeirão Vermelho / CEP: 37.264-000

[www.ribeiraovermelho.mg.gov.br](http://www.ribeiraovermelho.mg.gov.br)

Telefone: (35) 3867-1936

## LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2023

### DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE PARTE DO IMÓVEL PÚBLICO DENOMINADO PRAÇA DE ESPORTES FRANCISCO MONTEIRO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Ribeirão Vermelho/MG, Welder Marcelo Pereira, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 48, parágrafo único, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 14, §1º, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Vermelho, autorizado a conceder direito real de uso de parte do imóvel mencionado no art. 2º desta Lei à Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Lavras e Região, CNPJ nº 03.137.574/0001-02.

**Parágrafo único.** Em virtude da expressa disposição contida no art. 14, §1º, da Lei Orgânica Municipal, encontrando-se a concessionária denominada de entidade assistencial, como faz prova cópia do CNPJ, parte integrante desta Lei, fica o Poder Público desobrigado de realizar procedimento administrativo licitatório, em virtude de permissivo legal.

**Art. 2º** O objeto da concessão de direito real de uso de que trata o art. 1º desta Lei é constituído de parte de um imóvel situado na Rua Dâmaso Ramalho, s/nº, centro, nesta cidade, denominado Praça de Esportes Francisco Monteiro dos Santos, totalizando uma área de terreno de 2.856,00 m² (dois mil, oitocentos e cinquenta e seis metros quadrados), com uma área construída de 885,34 m² (oitocentos e oitenta e cinco vírgula trinta e quatro metros quadrados), nos termos do memorial descritivo e levantamento topográfico, partes integrantes desta Lei.

**Parágrafo único.** Será de responsabilidade exclusiva da concessionária todas as despesas com consumo de água e energia elétrica, taxas, tarifas, manutenção, reformas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel e suas atividades.



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho

CNPJ: 18.244.087/0001-08

Av. Antônio Rocha, 291 – Centro – Ribeirão Vermelho / CEP: 37.264-000

[www.ribeiraovermelho.mg.gov.br](http://www.ribeiraovermelho.mg.gov.br)

Telefone: (35) 3867-1936

**Art. 3º** A área total, objeto da concessão de direito real de uso de que trata o art. 2º desta Lei, para fins legais, é avaliada em R\$ 564.354,22 (quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), sendo este o valor venal cadastrado no setor de cadastro e tributação do Município.

**Art. 4º** Destina-se a concessão de direito real de uso para fins específicos de fomento de práticas desportivas, por meio do incentivo ao lazer e como forma de promoção social, bem como de atividades relacionadas à saúde, à assistência social e à cultura, resguardado o interesse social.

**Art. 5º** A concessão de direito real de uso do imóvel de que trata esta Lei será formalizada por meio de contrato administrativo ou de escritura pública, devendo ser previstos, obrigatoriamente:

- I - a vinculação de uso que não poderá ser senão aquelas previstas nesta Lei;
- II - as hipóteses de rescisão administrativa da concessão, incluindo a promovida por infração contratual;
- III - o prazo de concessão;
- IV - a previsão indenizatória de bens que restarem incorporados ao patrimônio municipal nos casos de rescisão administrativa imotivada;
- V - as penalidades para o caso de descumprimento parcial ou total das obrigações inseridas no contrato administrativo e das inseridas nesta Lei; e
- VI - a responsabilidade quanto ao pagamento das despesas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel e suas atividades.

**Art. 6º** A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei se dará pelo período máximo de 10 (dez) anos, prorrogável por iguais períodos, a contar da assinatura do contrato administrativo ou da equivalente escritura pública, visando ao interesse público.

**Parágrafo único.** O prazo máximo para início do funcionamento das atividades da empresa será de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato administrativo ou da competente escritura pública.



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho

CNPJ: 18.244.087/0001-08

Av. Antônio Rocha, 291 – Centro – Ribeirão Vermelho / CEP: 37.264-000

[www.ribeiraovermelho.mg.gov.br](http://www.ribeiraovermelho.mg.gov.br)

Telefone: (35) 3867-1936

**Art. 7º** Constituem motivos para a rescisão do contrato administrativo, implicando na imediata revogação do contrato administrativo ou da escritura pública de concessão e na retomada da área concedida, não gerando qualquer direito de indenização à concessionária por benfeitorias e acessões levantadas, dentre outros:

I - o desvio pela concessionária ou sucessores, a qualquer título, de sua finalidade e atividade contratual;

II - a utilização do imóvel para finalidade diversa da prevista no art. 4º desta Lei, ou se, a qualquer tempo, deixar de sê-la;

III - o descumprimento das disposições desta Lei;

IV - a extinção ou dissolução da concessionária a qualquer título, falência, insolvência ou comprometimento do patrimônio ou situação financeira;

V - deixar a concessionária de dar início às obras, caso necessárias para implementação do empreendimento, no prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data de emissão do Alvará competente;

VI - deixar de dar início às atividades no prazo previsto no parágrafo único do art. 6º desta Lei;

VII - o descumprimento, a qualquer tempo, da legislação ambiental vigente e especial pertinente ao tipo de atividade da concessionária e/ou não for dada a adequada destinação aos resíduos resultantes da atividade;

VIII - a paralisação do funcionamento do serviço sem justa causa e prévia comunicação à concedente;

IX - o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ou prazos;

X - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais e prazos;

XI - as demais razões de interesse público.

**Parágrafo único.** A devolução do imóvel incontinente à concedente sem o direito de indenização à concessionária não exclui a aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

**Art. 8º** São expressamente vedadas a cessão, a subconcessão, a transferência total ou parcial dos direitos decorrentes da concessão a terceiros, a sublocação total ou parcial, a fusão, a cisão ou a incorporação que afetem a boa execução deste contrato sem prévia e



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho

CNPJ: 18.244.087/0001-08

Av. Antônio Rocha, 291 – Centro – Ribeirão Vermelho / CEP: 37.264-000

[www.ribeiraovermelho.mg.gov.br](http://www.ribeiraovermelho.mg.gov.br)

Telefone: (35) 3867-1936

expressa anuência da concedente, sob pena de rescisão e cominação de penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independentemente de notificação judicial.

**Parágrafo único.** Em caso de interesse social devidamente demonstrado poderão ser autorizadas a cessão, a subconcessão, a sublocação e a transferência a terceiros, mediante instrumento competente.

**Art. 9º** Findo o prazo de que trata o *caput* do art. 6º desta Lei, as benfeitorias então realizadas e existentes incorporar-se-ão ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização em favor da concessionária ou ato formalizador.

**Art. 10** Esta Lei poderá ser regulamentada mediante decreto, no que for necessário.

**Art. 11** São partes integrantes desta Lei, o memorial descritivo, a planta da área objeto da presente concessão e a certidão de valor venal do imóvel.

**Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal nº 172/2020.

**Ribeirão Vermelho, 12 de setembro de 2023.**

**26 DE NOVEMBRO DE 1948**

**Welder Marcelo Pereira**

Prefeito Municipal